



*Câmara Municipal de Aracruz*  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

02  
P

**PROCESSO Nº: 2.824/2007**

**DATA ABERTURA: 08/10/2007.**

**REQUERENTE: LUCIANO DOMINGOS FRIGINI - VEREADOR.**

**ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº060/2007.**

**DESCRIÇÃO: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO  
“LAR SÃO JOSÉ”.**



*Câmara Municipal de Aracruz*  
Estado do Espírito Santo

02  
Q

**PROJETO DE LEI Nº 060/2007**

**DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO  
“LAR SÃO JOSÉ”.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO  
ESPÍRITO SANTO APROVOU E O PREFEITO  
MUNICIPAL SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art.1º. Fica declarado de Utilidade Pública a Associação “Lar São José”,  
sociedade civil, sócio-educativa, sem fins lucrativos, inscrita no  
CNPJ sob nº 04.608.192/0001-74, com sede, domicílio e foro no  
município de Aracruz.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Aracruz-ES., 03 de outubro de 2007.

  
**LUCIANO DOMINGOS FRIGINI**  
Vereador

**APROVADO 1º TURNO**

Em 30 / 10 / 2007

Presidente da Câmara

**APROVADO 2º TURNO**

Em 30 / 10 / 2007

Presidente da Câmara

**ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO "LAR SÃO JOSÉ"**  
**JACUPEMBA - ARACRUZ - ES**

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Registro de Imóveis, Títulos  
e Documentos, Especial de  
Hipotecas e Pessoas Jurídicas  
Titular  
Rubens Pinheiro Filho  
Escrituras Autorizadas  
Margarida M. F. Pinheiro  
Douglas Castoldi

**CAPÍTULO I**

**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE, MANUTENÇÃO E DURAÇÃO**

Artigo 1º - A Associação "LAR SÃO JOSÉ", é uma sociedade civil, sócio-educativa, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica estabelecida a Rua Silvestre Baiôco, S/N, Bairro Santa Rita, distrito de Jacupemba, sob o CEP 29.193.000, município de Aracruz, estado do Espírito Santo.

Artigo 2º - O LAR SÃO JOSÉ tem por finalidade a assistência educacional para oferta de reforço escolar à menores carentes, sendo que os critérios de funcionamento da entidade devem ser devidamente previstos em regimento interno.

Artigo 3º - O LAR SÃO JOSÉ será mantido por contribuições voluntárias, doações, subvenções, legados, campanhas, convênios e contratos firmados com órgãos municipais, estaduais e federais, autarquias, fundações e organizações nacionais e internacionais, além de empresas e entidades particulares, bem como, quaisquer outras atividades que possam gerar renda para que a entidade viabilize seus projetos sociais.

Artigo 4º - O "LAR SÃO JOSÉ" será regido pelo presente Estatuto e legislação vigente e sua duração será por tempo indeterminado.

**CAPÍTULO II**

**DA DIRETORIA E DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**Título I**

**Da Diretoria**

Artigo 5º - O LAR SÃO JOSÉ será dirigido por uma Diretoria eleita em Assembléia Geral composta de:

- Presidente
- Vice-Presidente
- Secretário
- Vice-Secretário
- Tesoureiro
- Vice-Tesoureiro
- Conselho Fiscal
- Conselho Auxiliar

SELO DE FISCALIZAÇÃO  
TÍTULOS DE NOTAS E REGISTROS  
CARTÓRIO REGISTRO CIVIL E NOTAS  
Rua Luiz Rolando, s/n - Jacupemba - Aracruz - ES  
CEP 29.193.000 - Tel.: (27) 3275-1202  
Jacupemba, 02 OUT. 2007  
AFB 7678  
O titular e eu fizemos esta cópia e reprodução fiel do  
original arquivado nos termos do Art. 100 do  
Reg. Lei de 11/01/73.

Dr. Heber Antonio Vasconcelos  
Advogado - OAB/ES 4377

Artigo 6º - As reuniões da Diretoria serão convocadas pelo Presidente ou Secretário e a deliberação se dará por maioria de votos dos presentes estando no mínimo um terço dos Diretores.

Artigo 7º - A Diretoria apresentará anualmente à Assembléia Geral, o relatório de sua gestão, acompanhado dos balanços anuais.

Artigo 8º - Ao Presidente compete:

- I - Fazer observar os estatutos do LAR SÃO JOSÉ.
- II - Representar a Associação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, atendendo as deliberações da Diretoria.
- III - Convocar reuniões da Diretoria, Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias.
- IV - Presidir as Assembléias.
- V - Superintender todos os serviços da administração interna.
- VI - Assinar cheques conjuntamente com o Tesoureiro, para movimentação bancária.
- VII - Assumir dívidas feitas sem a autorização da Diretoria.

Artigo 9º - Ao Vice-Presidente compete:

- I - Substituir o Presidente em seus impedimentos temporários ou em suas faltas.

Artigo 10 - Ao Secretário compete:

- I - Redigir e lançar em livros próprios as atas das Assembléias e reuniões da Diretoria.
- II - Ter em boa ordem e sob sua guarda o arquivo da Associação.

Artigo 11 - Ao Vice-Secretário compete substituir o Secretário em seus impedimentos temporários ou em suas faltas.

Artigo 12 - Ao Tesoureiro compete:

- I - Providenciar a cobrança das mensalidades ou anuidades dos sócios, bem recebimento de subvenções e demais auxílios e rendas.
- II - Arrecadar valores da Associação e depositá-los em banco a juízo da Diretoria.
- III - Assinar cheques juntamente com o Presidente.
- IV - Fornecer à Diretoria todos os esclarecimentos sobre o movimento financeiro da Associação.
- V - Zelar pelas escrituras das contas da entidade que deverá ser de acordo com a legislação vigente.

Artigo 13 - Ao Vice-Tesoureiro compete:

- I - Substituir o Tesoureiro em seus impedimentos temporários ou em sua falta.

**Artigo 14** – O Conselho Fiscal é o órgão que vai fiscalizar todo o movimento financeiro da entidade, verificando se os livros contábeis estão sendo utilizados com zelo e bem guardados. É composto por 06 (seis) membros, sendo 03 (três) efetivos e 03 (três) suplentes.

**Artigo 15** – O Conselho Auxiliar será composto por 16 (dezesesseis) membros e tem por finalidade prestar à Diretoria colaboração, apoio moral, atendendo às solicitações da Diretoria para prestação de serviços, tendo em vista o conforto, educação, ensino, bem-estar, amparo moral e material das crianças e adolescentes assistidos.

**Parágrafo único** – Ao Conselho Auxiliar compete:

- I – Empregar esforços na realização dos objetivos da entidade.
- II – Angariar sócios e donativos em favor da Associação.

## Título II Da Assembléia Geral

**Artigo 16** – A Assembléia Geral é o órgão soberano da entidade sendo constituída de todos os associados contribuintes.

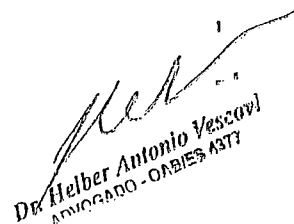
**Artigo 17** – A Assembléia Geral funcionará com a presença da metade mais um dos associados com direito a voto. Não sendo atingido esse número em convocação, o Presidente fará uma segunda convocação a realizar-se 30 (trinta) minutos depois, tendo início os trabalhos com qualquer número e, decidirá os assuntos em pauta com a maioria simples dos votos.

**Artigo 18** – A Assembléia Geral Ordinária será realizada anualmente sempre na última quarta-feira do mês de março, salvo caso de força maior, devidamente justificado.

**Artigo 19** – As Assembléias Gerais Extraordinárias poderão ser convocadas em qualquer época do ano para dispor sobre matéria que exija a sua apreciação.

**Artigo 20** – As Assembléias Gerais Extraordinárias se realizarão por convocação do Presidente, do Conselho Fiscal e ainda por 1/3 (um terço) dos associados sempre que houver necessidade, com antecedência mínima de 10 (dez) dias e, se fará por correspondência devidamente registrada ou edital público, afixados em locais estratégicos do distrito.

**Artigo 21** – A Assembléia tem poderes para destituir a Diretoria ou qualquer membro da mesma, desde que seja em votação secreta, cujo resultado deverá ser retificado em nova Assembléia Geral convocada 10 (dez) dias após o pleito.

  
Dr. Helber Antonio Vescovi  
Advogado - OAB/RS 4377

### CAPÍTULO III DAS ELEIÇÕES

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Registro de Imóveis, Títulos  
e Documentos, Especial de  
Hipotecas e Pessoas Jurídicas  
Rubens Antônio Furtado  
Escriturante Autorizado

Artigo 22 – As eleições serão diretas e secretas sendo realizadas 30 (trinta) dias antes do término do mandato da Diretoria vigente.

§ 1º – Só poderão candidatar-se às eleições os sócios inscritos na Associação pelo menos 90 dias antes do registro das chapas.

§ 2º – O registro das chapas será com os nomes dos componentes da Diretoria e do Conselho Fiscal, podendo ser requerido à atual Diretoria ou à Comissão de Eleição com antecedência mínima de 20 (vinte) dias por ou por todos que a compõe.

§ 3º – Poderão ser impugnados, nas chapas, os nomes que:

- a) Estiverem respondendo processo criminal;
- b) Ocuparem cargos políticos.

Artigo 23 – A Diretoria e o Conselho Fiscal tomarão posse após logo após a apuração ou no mínimo uma semana após a eleição.

Artigo 24 – O mandato da Diretoria terá duração de 02 (dois) anos e será exercido gratuitamente permitindo a mesma ser reeleita por mais um mandato.

Parágrafo Único – É vedado à Diretoria reeleita concorrer às próximas eleições, só o fazendo após a duração de um novo mandato.

### CAPÍTULO IV DOS SÓCIOS

Artigo 25 – Poderá associar-se ao LAR SÃO JOSÉ qualquer pessoa física ou jurídica que satisfaça as exigências e condições previstas neste Estatuto.

Artigo 26 – Cada sócio deverá contribuir mensalmente com um valor mínimo fixado pela Assembléia Geral.

Artigo 27 – São direitos dos sócios:

I – Votar e ser votado nas eleições desde que preenchidas as exigências estatutárias.

II – Apresentar propostas de trabalho e atividades de ordem geral.

III – Solicitar esclarecimentos sobre a vida contábil e financeira da Associação.

IV – Conhecer e divulgar o Regimento Interno e Plano de Trabalho da Associação.

V – Indicar melhorias ao Plano de Trabalho do “Lar São José” e apresentar moções.

VI – Participar de todas as atividades promovidas pela Associação.

VII – Ser informado das atividades do Lar São José.

Dr. Helber Antonio Vescovi  
ADVOCADO - OAB/RS 4377

VIII – Convocar Assembléias Gerais Extraordinárias de acordo com o Artigo 20.

**Artigo 28 – São deveres dos sócios:**

- I – Respeitar e fazer respeitar este Estatuto e o Regimento Interno
- II – Comparecer assiduamente às reuniões e Assembléias convocadas pela Diretoria.
- III – Contribuir com sua participação efetiva em todas as atividades sociais, recreativas, culturais ou de serviços promovidas pela Associação.
- IV – Aceitar cargos na Diretoria, para os quais foram eleitos ou nomeados, salvo motivo de força maior.
- V – Participar dos Grupos de Trabalho que venham a ser implementados pela Associação.

**Artigo 29 – O sócio perderá essa condição:**

- I – Por solicitação própria;
- II – Deixar de cumprir sua obrigação estatutária sem justificativa
- III – Praticar atos infringindo o previsto em lei ou neste Estatuto;
- IV – Inadimplência por período superior a 12 (doze) meses.

§ 1º - A pessoa desfilhada\* poderá filiar-se novamente desde que a causa que determinou a sua desfiliação deixe de existir.

§ 2º - A perda dos direitos de sócio não implica ao Lar São José qualquer obrigação de ressarcimento ou devolução de qualquer forma ou sob qualquer pretexto.

**Artigo 30 – É vedado aos associados à utilização do nome da entidade para fins pessoais, bem como, para campanha ou promoção que não sejam de interesse desta Associação.**

## CAPÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 31 – A Administração do Lar São José ficará a cargo de um Coordenador indicado pela Diretoria.**

**Artigo 32 – Compete ao Coordenador:**

- I – Representar o Lar São José quando for solicitado;
- II – Cumprir e fazer cumprir as ordens determinadas pela Diretoria;
- III – Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- IV – Elaborar juntamente com o Tesoureiro e programação orçamentária anual submetida à avaliação do Diretor Presidente;
- V – Comprar os materiais e equipamentos de uso rotineiro, os gêneros alimentícios e materiais de limpeza;

- VI – Apresentar, para autorização do Diretor Presidente, solicitação de compras;
- VII – Zelar para que todos os funcionários atendam com atenção e cortesia, seguindo os princípios evangélicos e de ética cristã;
- VIII – Baixar normas internas para funcionamento dos vários serviços bem como orientar e supervisionar a cozinha, refeitório e demais dependências da Associação.

## **CAPÍTULO VI DO PATRIMÔNIO**

**Artigo 33** – O patrimônio do “Lar São José” é constituído pelo terreno e construções na Rua Silvestre Baião, S/N, neste Distrito e pelos vários móveis, utensílios de cozinha e outros que já possui ou venha a possuir.

**Artigo 34** – O patrimônio social poderá ser aumentado independente de autorização da Assembléia Geral, quando for inteiramente gratuito e sem encargos a cumprir.

**Artigo 35** – A receita do “Lar São José” será constituída de rendas provenientes no Artigo 3º.

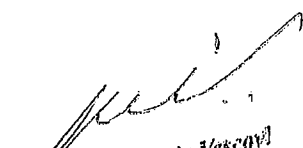
**Artigo 36** – O eventual superávit de cada exercício será utilizado na expansão e nas melhorias da estrutura física e do desenvolvimento das atividades sócio-educativas da Associação.

**Parágrafo único:** Fica a Associação Lar José obrigada a aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

**Artigo 37** – É vedada a remuneração, sob qualquer forma, aos membros da Diretoria pelo exercício de seus mandatos, bem como a distribuição de lucros, dividendos, bonificações ou outras vantagens aos componentes da Assembléia Geral.

**Artigo 38** – Extinto ou dissolvido o “Lar São José”, nos termos do presente Estatuto, seu patrimônio social líquido será destinado a uma sociedade congênere registrada no CNAS ou a entidade pública, legalmente constituída, para ser aplicado nas mesmas finalidades, obedecendo à legislação em vigor e as doações condicionadas a ela feitas.

**Parágrafo Único** – O “Lar São José” só poderá ser dissolvido se aprovada a sua dissolução por dois terços dos sócios em Assembléia Geral convocada para este fim.

  
Dr. Helber Antonio Vescovi  
ADVOGADO - OAB/RS 4311



09

**CAPÍTULO VII**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 39** – Os sócios não responderão por quaisquer obrigações ou dívidas da Associação quando não tenham sido consultados sobre as mesmas, ficando esta responsabilidade a cargo da Diretoria ou daquele que pessoalmente a tenha contraído.

**Artigo 40** – Fica eleito o foro da Comarca de Aracruz, Estado do Espírito Santo para dirimir quaisquer questões envolvendo esta Associação, renunciando-se a outro por mais privilegiado que seja.

**Artigo 41** – O presente Estatuto só poderá ser alterado mediante solicitação da Diretoria em Assembléia Geral convocada exclusivamente para esse fim.

**Parágrafo Único** – Qualquer modificação neste Estatuto só terá validade após publicação e averbação em Cartório onde o mesmo foi registrado, no prazo de 90 (noventa) dias.

**Artigo 42** – Ficam modificados os artigos 2º, 36 e 38 do Estatuto aprovado em 27 de maio de 2005, que passam a observar a redação contida neste documento aprovado em 15 de dezembro de 2005.

*Subscrevi*  
*Francisco*

*Dr. Helber Antonio Vescovi*  
ADVOGADO - OAB/ES 4377

**Cartorio de Pessoas Jurídicas**  
**Títulos e Documentos**

COMARCA DE ARACRUZ - ES - Fone: 256-2237

Apresentado no dia 03 de junho de 2006

Lançado no Protocolo A nº 4 { Nº 7.378

Pag. 069

*Averbação* sob o nº 480 Livro 12F pag. 134

Aracruz, 03 de junho de 2006

Oficial

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS

Rua Luiz Possato, 40 - Jacupemba - Aracruz - ES  
29193-000  
Tel.: (27) 3275-1202

2 OUT. 2007

Esta cópia é reprodução fiel do original nos termos do art. 354 do CC de 1916.

2007

*Dr. Helber Antonio Vescovi*  
ADVOGADO - OAB/ES 4377

special



nada pelos pres  
Nathaniel  
Esqueleto, 1880

1. 0

ESBd  
- Rental  
R. i. R.

*Handwritten signature: [illegible]*

Pessotti Ravani *Donatella*  
Donatella 22 maggio

João da Silva  
Aparecida Souza

Reserva de água

Oderlei Felipe Periera

Domínguez María Guipa Boira

Pinna *Donnygda* (ma)  
*Amula* (Cauda da Jete)

Uma Cristina Cardoso do Silva

Ums Ausland Ausland  
Ehrenschein Ehrenschein

Rossato ~~Cherney~~ Hume Hines Kirk  
Citation Isakson Benson

Peter Gripper Ruiz

Lucy  
Charlotte

Pietro Costa  
Maria da Penha Scaramendi Aboukato

a Secomandi Morelato

Mr. Lauderbach to

the Lacandon Indians to  
friendly modernness

Wardle's Modern  
Brimblebourne

Benedita Bouvier Mouton  
Helenora Cardoso da Silva

Nossa Mariado Antão Rodaselli: nasceu

Nossa, 9/10/2013  
14-12-2013

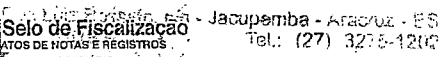
1. Renne Paul Baker Scandi

o Bianchini  
Alleg. 18

Colin Bianchini

*Leontidea* M. Spalzin. Bianchini

*Leucilela* Dr. Galbra. Bianchena



PODER JUDICIÁRIO  
Estado do Espírito Santo  
03 OUT. 2007

Cópia é reproduzível do  
HFB 70033  
... em conformidade com os termos do Art. 34 do  
...  
...  
...


*[Handwritten signature]*

2  
H  
60

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.608.192/0001-74	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA 19/07/2001
NOME EMPRESARIAL LAR SAO JOSE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RAIO DE LUZ			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - OUTRAS FORMAS DE FUNDACOES MANTIDAS COM RECURSOS PRIVADOS			
LOGRADOURO R PROJETADA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO CASA	
CEP 29.193-000	BAIRRO/DISTRITO JACUPEMBA	MUNICÍPIO ARÁCRUZ	UF ES
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.

Emitido no dia **27/09/2007** às **13:08:09** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

LAR SÃO JOSÉ  
C.N.F.L. 04.008.192/0001-74

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31.12.2006	31.12.2005	PASSIVO	31.12.2006	31.12.2005
	R\$	R\$		R\$	R\$
<b>CIRCULANTE</b>	17.984,82	23.286,70	<b>CIRCULANTE</b>	2.411,25	175,21
Caixa	7.175,00	-	Fornecedores	-	-
Banco Conta Movimento	10.809,82	23.286,70	Obrigações Trabalhistas	1.582,89	-
Valores a receber de terceiros	-	-	Obrigações Sociais	689,16	-
Adiantamento a Fornecedor	-	-	Prestadores de Serviços	-	30,81
Adiantamento a Empregados	-	-	Provisões diversas	-	144,40
Estoques	-	-	Outras Contas a Pagar	139,20	-
Despesas Antecipadas	-	-			-
<b>REALIZ. A LONGO PRAZO</b>	-	-	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	-	-
Valores a receber a longo prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos	-	-
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	206.371,19	134.809,28	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO</b>	221.944,76	157.920,77
Investimentos	-	-	Patrimônio Social	157.920,77	132.618,73
Imobilizado (Nota 03)	123.236,91	126.274,46	Ajuste Exercício Anterior	-	9.956,43
Diferido	-	-	Superávits / Deficits acumulados	-	-
Imobilização em Andamento	83.134,28	8.534,82	Superávits / Deficits no exercício	64.023,99	15.345,61
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>224.356,01</b>	<b>158.095,98</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>224.356,01</b>	<b>158.095,98</b>

Veja Notas Explicativas da DIRETORIA às Demonstrações Financeiras.

Valdêni Delfina de Oliveira  
Contador  
CRC: 011088-ES  
CPF: 000.817.997-21

13  
12

LAR SÃO JOSÉ  
C.N.P.J. 04.000.192/0001-74

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

31.12.2006

31.12.2005

RECEITA DE DOAÇÕES DIVERSAS

121.063,64

55.865,33

DEDUÇÕES DAS RECEITAS

\* Bolsas de estudos concedidas

\* Outras deduções

RECEITA DE DOAÇÕES LÍQUIDA

121.063,64

55.865,33

SUPERAVIT BRUTO

121.063,64

55.865,33

Variações Monetárias Ativas

Receitas Financeiras

REVERSÃO PROV. OPERACIONAIS

DEDUÇÕES

(-) Despesas com Pessoal

(10.724,12)

(7.001,58)

(-) Serviços Contratados

(2.536,50)

(50,00)

(-) Despesas Administrativas

(4.029,60)

(4.091,08)

(-) Despesas Financeiras

(1.302,76)

(456,49)

(-) Provisões Constituídas

(1.678,52)

(1.276,73)

(-) Depreciação

(5.227,55)

(4.761,45)

(-) Tributárias

(216,38)

(13,23)

(-) Manutenção Equipamentos e Instalações

(15.190,17)

(7.723,56)

(-) Despesas Gerais

(2.861,28)

(7.263,69)

(-) Lanches e Refeições Internas

(13.264,42)

(7.881,91)

(-) Medicamentos

(8,35)

RESULTADO DO PERÍODO

64.023,99

15.345,61

SUPERAVITS / DEFICITS NO PERÍODO

64.023,99

15.345,61

SUPERAVIT NO EXERCÍCIO

64.023,99

15.345,61

Valdeni Delfina de Oliveira  
Contador  
CRC: 011088-E3  
CPF: 000.817.997-21

LAR SÃO JOSÉ  
C.N.P.J. 04.608.192/0001-74

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE**

	<u>31.12.2006</u>	<u>31.12.2005</u>	<u>31.12.2004</u>
ATIVO CIRCULANTE	17.984,82	23.286,70	4.977,82
PASSIVO CIRCULANTE	2.411,25	175,21	-
CAPITAL SOCIAL CIRCUL. LÍQUIDO	15.573,57	23.111,49	

<b>VARIAÇÕES</b>	<u>31.12.2006</u>	<u>31.12.2005</u>
ATIVO CIRCULANTE	(5.301,88)	18.308,88
PASSIVO CIRCULANTE	2.236,04	175,21
CAPITAL SOCIAL CIRC. LÍQUIDO	(7.537,92)	18.133,67

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS - D.O.A.P.**

	<u>31.12.2006</u>	<u>31.12.2005</u>
<b>ORIGENS DE RECURSOS DAS OPERAÇÕES</b>		

\* Prejuízo /ou Lucro do Exercício 64.023,99 15.345,61

Despesas e/ou Receitas que não Repres. Movimento do Capital Circulante.

\* Depreciações 5.227,55 4.761,45  
 \* Amortizações - -  
 \* Ajuste de Exercício Anteriores - 9.956,43  
 \* Baixa do Imobilizado - -  
 \* Baixa do Exigível à L. Prazo - -  
 \* Var. Monet. Exig. L. Prazo - -

RECURSOS APLIC. NAS OPERAÇÕES 69.251,54 30.063,49

DE TERCEIROS :

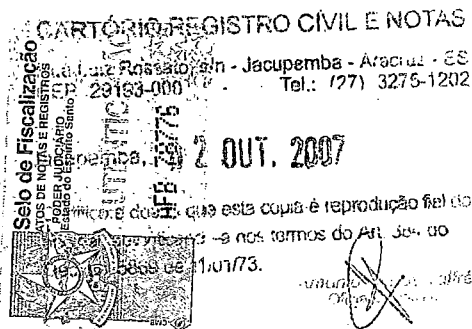
\* Reserva de Subversão  
 \* Aporte de Capital  
 \* Aumento do Exigiv. a L. PRAZO

TOTAL DAS ORIGENS 69.251,54 30.063,49

APLICAÇÕES DE RECURSOS

\* Aquisição do Imobilizado 76.789,46 11.929,82  
 \* Aumento do Diferido - -  
 \* Aumento do Realizado L. PRAZO - -  
 \* Aumento de Investimento - -  
 TOTAL DOS RECURSOS 76.789,46 11.929,82

REDUÇÃO CAPITAL CIRCULANTE (7.537,92) 18.133,67



Valdnei Delfina de Oliveira  
 Contador  
 CRC 011088-ES  
 CPF: 000.817.997-21

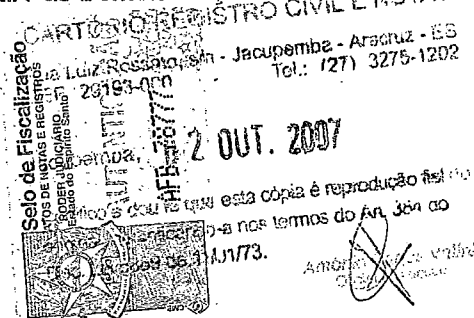
15  
40

**LAR SÃO JOSÉ**  
C.N.P.J. 04.608.192/0001-74

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO**

	Patrimônio Social	Superavit no Período	Ajuste Exercício Anterior	Superavits/Deficits Acumulados	TOTAL
<b>Saldo 01 Janeiro de 2004</b>	132.618,73	-	-	-	132.618,73
* Aporte de Capital	-	-	-	-	-
* Superavit Líquido Período	-	-	-	15.345,61	15.345,61
* Ajuste Exercício Anterior	-	-	9.956,43	-	9.956,43
<b>SALDO em 31.12.2005</b>	132.618,73	-	9.956,43	15.345,61	157.920,77
* Aporte de Capital	-	-	-	-	-
* Superavit Líquido Período	-	64.023,99	-	-	64.023,99
* Dest. Lucro P/Res. Legal	-	-	-	-	-
<b>SALDO em 31.12.2006</b>	132.618,73	64.023,99	9.956,43	15.345,61	221.944,76

Veja Notas Explicativas da DIRETORIA às Demonstrações Financeiras



**Valdeni Dellina de Oliveira**  
Contador  
CRC: 011088-ES  
CPF: 000.817.997-21

16

LAR SÃO JOSÉ  
C.N.P.J. 04.608.192/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2006.

1 - CONTEXTO OPERACIONAL.

A Associação Lar São José, iniciou suas atividades em 19 de Julho de 2001. Na época por não dispor de sede própria, desenvolvia suas atividades na sede da Associação JASCON, atendendo a 40 (quarenta) crianças. Na época contava com o trabalho de 02 (duas) educadoras remuneradas pela Prefeitura Municipal de Aracruz e de 02 (duas) religiosas da Congregação Irmãs de Santa Catarina, através de trabalho voluntário.

A Organização surgiu a partir da preocupação de um grupo de moradores da comunidade de Jacupemba e das Irmãs da Congregação de Santa Catarina que vieram desenvolver um trabalho missionário no Distrito de Jacupemba. Preocupados com a demanda de crianças e adolescentes carentes no campo familiar, educacional, emocional e alimentar, os mesmos se organizaram e elaboraram o Projeto Lar São José a fim de que viesse atender e/ou amenizar estas carências.

Após várias reuniões com a comunidade, o projeto se efetivou e foi formada a Associação Lar São José que atende hoje a 172 (cento e setenta e duas) crianças e adolescentes distribuídos em 02 (dois) turnos.

Vários são os objetivos desta Associação, dentre os quais, podemos destacar:

- \* Acolher, assistir e educar a criança e o adolescente pobre, marginalizado ou em situação de risco social, primando pelo seu aperfeiçoamento moral e social, para o exercício pleno da cidadania;
- \* Minorar as consequências da falta de alimento. Saneando a estrutura familiar, oferecendo alimentação adequada, ambiente saudável e um ambiente familiar e fraterno;
- \* Criar condições para que a criança e o adolescente atinjam o nível de desenvolvimento físico e mental e o ajustamento social e afetivo necessários ao seu bom desempenho numa próxima etapa de sua integração social;
- \* Propiciar, por meio do reforço escolar, condições favoráveis ao sucesso escolar das crianças e adolescentes.

A Associação Lar São José atende crianças e adolescentes na idade de 07 (sete) à 15 (quinze) anos de todas as raças. O Projeto funciona como uma jornada ampliada, atendendo às crianças e adolescentes no turno em que não estão na escola. A família que necessita, procura espontaneamente ou a demanda vem encaminhada pelas Pastorais da Criança, da Saúde ou até mesmo através do Conselho Tutelar.

Ao todo, em 2006, foram atendidas 170 (cento e setenta) crianças que tem as seguintes atividades na Instituição:

- \* Reforço escolar, artesanato (ponto cruz e pintura), aulas de violão e flauta doce, capoeira, atividades de lazer (brinquedos e parque externo), práticas esportivas e horticultura.

Desde a criação do Lar São José, grandes transformações ocorreram na comunidade. Atualmente, participar das atividades desenvolvidas na Instituição, tem sido responsável em acabar com a baixa estima, com a ociosidade. Não existem crianças cometendo atos de vandalismo, contribuindo também para melhora no índice de aprovação e frequência escolar, acompanhamento de saúde, alimentação regular, garantia de ser e viver como criança que brinca, que estuda e tem acesso a lazer e a prática de esportes.

  
Valdeni Dellina de Oliveira  
Contador  
CRC: 011088-ES  
CPF: 000.817.997-21



17  
2

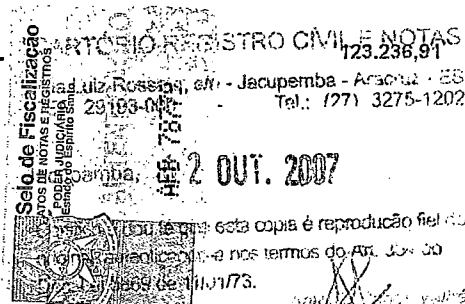
## 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com os critérios contábeis estabelecidos pela Lei 6.404/76 e disposições tributárias vigentes.

### 3 - IMOBILIZADO

	Tempo de Vida Útil em ( Anos )	31.12.2006	31.12.2005
Edificações	25	101.584,00	101.584,00
Móveis e Utensílios	10	11.641,91	9.451,91
<b>Total</b>		<b>113.225,91</b>	<b>111.035,91</b>
Depreciação Acumulada		(9.989,00)	(4.761,45)
Terrenos		20.000,00	20.000,00

**TOTAL** .....



126.274,46

Valdeni Delfina de Oliveira  
Contador  
CRC: 011088-ES  
CPF: 000.817.997-21

LAR SÃO JOSÉ  
C.N.P.J. 04.608.192/0001-74

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS-DOAR (Ficha Auxiliar)**

<u>Histórico</u>	<u>31.12.2005</u>	<u>31.12.2006</u>	<u>Varição</u>
ATIVO CIRCULANTE	23.286,70	17.984,82	5.301,88
PASSIVO CIRCULANTE	175,21	2.411,25	(2.236,04)
CAPITAL CIRCULANTE	23.111,49	15.573,57	7.537,92
 <u>REALIZ. A Lgo. PRAZO</u>	-	-	-
.Incentivos Fiscais-FUNRES	-	-	-
.Clas. a Receber de Controlada	-	-	-
.Depósito Judicial - Finsocial	-	-	-
 <u>EXIGÍVEL A Lgo. PRAZO</u>	-	-	-
.Depósito Judicial - Finsocial	-	-	-
.Adiº p/Futuro Aumento Capital	-	-	-
.Obrigações Tributárias	-	-	-
 PERMANENTE	134.809,28	256.334,16	(121.524,88)
<u>*Investimentos</u>	-	-	-
 <u>*Imobilizado</u>	134.809,28	256.334,16	(121.524,88)
.Imobilizações	139.570,73	180.998,18	(41.427,45)
.(+)-Adições	-	85.324,98	(85.324,98)
.(-)-Baixas do Imobilizado	-	-	-
.(-)-Depreciação Acumulada	(4.761,45)	(9.989,00)	5.227,55
.(+)-Baixa de Depreciação	-	-	-
 <u>*Diferido</u>	-	-	-
.Gastos c/Implantação	-	-	-
.(-)-Amortização	-	-	-
 PATRIM. SOCIAL LÍQUIDO	157.920,77	221.944,76	64.023,99
.Patrimonio Social	132.618,73	157.920,77	(25.302,04)
.Reservas	-	-	-
.(-)-Superavit Acumulado	-	-	-
.Ajustes de Exerc. Anter.	9.956,43	-	9.956,43
.Superavit no Exercício	15.345,61	64.023,99	79.369,60

Valdeni Delfina de Oliveira  
Contador  
CRC: 011088-ES  
CPF: 000.817.997-21



*Câmara Municipal de Aracruz*  
**Estado do Espírito Santo**

**PROCESSO Nº 2.824/2007.**

**DEPARTAMENTO LEGISLATIVO:**

Após registrar e autuar o processo, encaminhamos para conhecimento e providências.

**Em: 08.10.2007.**

**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO/PROTOCOLO.**



*Câmara Municipal de Aracruz*  
Estado do Espírito Santo

297

Senhor Procurador:

Por deliberação unânime da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, encaminho os autos para parecer dessa Procuradoria.

Solicito que a matéria seja analisada com a brevidade que o caso requer, em decorrência dos prazos regimentais que esta Comissão tem para cumprir.

Em:

  
RONALDO MODENESI CUZZUOL  
Presidente da Comissão de Justiça



*Câmara Municipal de Aracruz*  
Estado do Espírito Santo

24

**PROCESSO Nº 2.824/2007.**

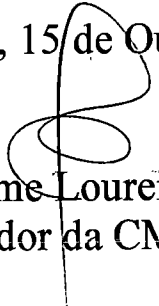
**ENCAMINHAMENTO FAZ:**

**DA: PROCURADORIA**

**PARA : ASSESSORIA TÉCNICA**

Encaminhamos ao Dr. SANDRO AMERICANO CÂMARA, Assessor Técnico desta Casa, o presente processo para análise e emissão do respectivo parecer.

Aracruz, 15 de Outubro de 2007.

  
Guilherme Loureiro Oliveira  
Procurador da CMA



*Câmara Municipal de Aracruz.*

Estado do Espírito Santo

**Processo nº 2.824/2007**

*(Ref.: Projeto de Lei nº 060/2007)*

Ao Ilmo. Sr. Procurador,  
Dr. GUILHERME LOUREIRO OLIVEIRA

Ilmo.Senhor,

Não havendo inconstitucionalidades ou ilegalidades a serem pronunciadas; mostrando-se idônea a documentação constante dos autos para os fins de reconhecer a legitimidade da matéria proposta, sobretudo à vista do importante alcance social da referida Associação; e estando observadas as disposições regimentais, bem como as contidas da Lei Orgânica Municipal, entende esta Assessoria que o presente Projeto de Lei merece a **aprovação** da Comissão competente.

Aracruz, 19 de outubro de 2007.

Atenciosamente,

  
SANDRO AMERICANO CÂMARA  
Assessor Técnico



*Câmara Municipal de Aracruz*  
Estado do Espírito Santo

---

**PROCESSO Nº 2.824/2007.**

**AUTOR: Vereador Luciano Frigini**

**SOLICITAÇÃO DA:**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**SENHOR PRESIDENTE:**

Convalidamos o *parecer fls.22.*, da lavra da Assessoria Técnica desta Casa, no entanto, vale ser ressaltado que o projeto carece da devida justificativa a qual não foi apresentada pelo nobre autor da proposição, muito embora tenha a mesma sido instruída com a devida documentação.

Entretanto se esta honorável Comissão, entender seja necessário, poderá solicitar ao autor do projeto que promova o aditamento da Justificativa, para que o projeto tramite na forma adequada.

Inexistindo outras observações a serem feitas s.m.j., desta Presidência e r.Comissão, a proposição deverá prosseguir sua regular tramitação, por não haver impedimento de ordem legal e regimental, razão pela qual **convalidamos o parecer.**

Aracruz, 19 de outubro de 2007.

  
**Guilherme Loureiro Oliveira**  
**Procurador da CMA**



*Câmara Municipal de Aracruz*  
Estado do Espírito Santo

**PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA**

**PROCESSO Nº** 2.824/2007  
**PROPOSIÇÃO:** Projeto de Lei nº 060/2007  
**AUTOR:** Luciano Domingos Frigini - Vereador  
**EMENTA:** Declara de Utilidade Pública o Lar São José

**RELATÓRIO:**

Conforme determinação regimental, esta relatoria procedeu à análise minuciosa da proposição em tela, constatando ser o mesmo **legal e constitucional**, votando a Comissão da seguinte maneira:

**Voto do Relator:** Voto na forma do relatório.  
**Voto do Presidente:** Acompanhamento o voto do Relator  
**Voto do membro:** Acompanhamento o voto do Relator

Por unanimidade de votos, a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação emite parecer **favorável** à aprovação da matéria.

Era o que tínhamos a opinar.  
Sala das Sessões da Câmara Municipal.  
Em: 22 de outubro de 2007.

**PRESIDENTE:** Ronaldo Modenesi Cuzzuol.....  
**RELATORA:** Rosane Ribeiro Machado .....  
**MEMBRO:** Ismael da Rós Auer.....

**APROVADO 1º TURNO**

Em 30 / 10 / 2007

Presidente da Câmara

**APROVADO 2º TURNO**

Em 30 / 10 / 2007

Presidente da Câmara





*Câmara Municipal de Aracruz*  
Estado do Espírito Santo  
**MAPA DE VOTAÇÃO**

SESSÃO - 1º Turno: *117ª Ordinária* ..... Data: *30/10/2007*

2º Turno: *117ª Ordinária* ..... Data: *30/10/2007*

PROPOSIÇÃO: *Projeto de Lei nº 060/2007* .....

**COMISSÃO DE JUSTIÇA**

VEREADOR	1º TURNO		2º TURNO	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
ANDERSON SEGATTO GHIDETTI	x		x	
ANDRÉ SABASTIÃO CARLESSO	x		x	
ISMAEL DA RÓS AUER	x		x	
LUCIANO DOMINGOS FRIGINI	x		x	
MARILZA TEIXEIRA FURIERI	x		x	
ORVANIR PEDRO BOSCHETTI	<i>não</i>	<i>vota</i>	<i>não vota</i>	
PAULO SERGIO DA SILVA NERES	x		x	
RODRIGO MORO CAPO SCOPEL	x		x	
RONALDO MODENESI CUZZUOL	x		x	
ROSANE RIBEIRO MACHADO	x		x	

**RESULTADOS**

1º Turno: favoráveis *09* .....votos  
contrários *00* .....votos

2º Turno: favoráveis *09* .....votos  
contrários *00* .....votos

*[Assinatura]*  
1º Secretário



*Câmara Municipal de Aracruz*  
Estado do Espírito Santo

**MAPA DE VOTAÇÃO**

SESSÃO - 1º Turno: 117ª Ordinária Data: 30/10/2007  
2º Turno: 117ª Ordinária Data: 30/10/2007

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei nº 060/2007 - Declara de  
utilidade pública o Barão José

VEREADOR	1º TURNO		2º TURNO	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
ANDERSON SEGATTO GHIDETTI	X		X	
ANDRÉ SABASTIÃO CARLESSO	X		X	
ISMAEL DA RÔS AUER	X		X	
LUCIANO DOMINGOS FRIGINI	X		X	
MARILZA TEIXEIRA FURIERI	X		X	
ORVANIR PEDRO BOSCHETTI	<u>não</u>	<u>vota</u>		
PAULO SERGIO DA SILVA NERES	X		X	
RODRIGO MORO CAPO SCOPEL	X		X	
RONALDO MODENESI CUZZUOL	X		X	
ROSANE RIBEIRO MACHADO	X		X	

**RESULTADOS**

1º Turno: favoráveis 09 votos  
contrários 00 votos

2º Turno: favoráveis 09 votos  
contrários 00 votos

1º Secretário



*Câmara Municipal de Aracruz*  
Estado do Espírito Santo

Aracruz-ES, 31 de outubro de 2007.

Of. nº 340/2007  
Gab. da Presidência

**SENHOR PREFEITO:**

Encaminho a Vossa Excelência o **Projeto de Lei nº 060/2007 – Declara de utilidade pública a Associação “Lar São José”** - autoria do vereador Luciano Domingos Frigini, o qual foi **aprovado** em 2º Turno, na 117ª Sessão Ordinária, realizada no dia 30 de outubro do corrente ano, para conhecimento e providências cabíveis.

**Cordiais Saudações.**

  
**ORVANIR PEDRO BOSCHETTI**  
Presidente da Câmara

Exmº Sr.  
**ADEMAR COUTINHO DEVENS**  
Prefeito Municipal de Aracruz  
Nesta